PEDAGOGIA SOCIAL, EDUCAÇÃO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL

BIANCA OLIVEIRA LEMOS VILELA

RESUMO
O presente artigo apresenta uma análise histórica e conceitual acerca da constituição da Pedagogia Social, relacionando-a diretamente à Educação Social e ao Trabalho Social. O texto destaca que a Pedagogia Social surgiu na Europa, especialmente na Alemanha e na Espanha, entre o final do século XIX e o início do século XX, em meio às profundas transformações sociais provocadas pela Revolução Industrial, pelas reformas educacionais e pelas consequências das guerras mundiais. Nesse contexto, surgiram diversas problemáticas sociais, como pobreza, marginalização, abandono infantil e desigualdade, exigindo novas formas de atuação educativa e social voltadas aos grupos em situação de vulnerabilidade. Ele evidencia que a Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social, embora exista dificuldade em definir precisamente esses conceitos, já que diferentes autores e correntes teóricas os compreendem de maneiras distintas. Em alguns contextos, os termos Pedagogia Social, Educação Social e Trabalho Social aparecem como complementares, enquanto em outros são tratados como áreas diferentes. Apesar disso, o texto ressalta que todas possuem em comum o compromisso com a transformação social, a emancipação humana e a promoção da autonomia dos sujeitos. Outro aspecto importante discutido é a distinção entre Pedagogia Social e Trabalho Social. Enquanto o Trabalho Social possui um caráter mais assistencial e voltado ao cuidado, a Pedagogia Social enfatiza o aspecto pedagógico e educativo, buscando desenvolver consciência crítica e participação social. Dessa forma, a Educação Social ultrapassa os limites da escola formal e acontece em diversos espaços, como ONGs, hospitais, projetos sociais, igrejas, presídios e movimentos comunitários, compreendendo o ser humano em sua totalidade e valorizando suas experiências e contextos de vida. O texto também aborda a forte influência de pensadores e movimentos históricos na consolidação da Pedagogia Social, principalmente na Alemanha, onde autores como Herman Nohl contribuíram significativamente para sua fundamentação teórica. Além disso, destaca-se que, após as guerras mundiais, houve uma ampliação das ações voltadas à infância, juventude e demais grupos socialmente fragilizados, fortalecendo o papel da Educação Social como instrumento de reconstrução humana e social. Por fim, o artigo conclui que a Pedagogia Social se constitui como um campo teórico-prático comprometido com a justiça social, a cidadania e a transformação da realidade. Fundamentada na práxis — entendida como a união entre ação e reflexão —, ela busca promover uma educação crítica, democrática e emancipadora, capaz de formar sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e atuantes na construção de um mundo mais humano e igualitário.
PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia Social. Educação Social. Trabalho Social. Vulnerabilidade social. Emancipação.

INTRODUÇÃO

Através de uma lente histórica, pode-se observar que a origem da palavra Pedagogia remete à Grécia antiga, na qual paidós significa criança e agogé, condução (PASSOS; COUTO, 2017). Ou seja, o que conduz a criança.

No contexto ocidental, aos poucos esse conceito foi se firmando no que entendemos por educação, a ciência do ensino; mesmo que desde a existência humana tenham se praticado o exercício do ensinar e do aprender.

Foi somente no século XVIII, na Europa Ocidental, através de um fazer escravo, que se generalizou o termo Pedagogia, sendo o Pedagogo aquele que conduz, o guia, o preceptor.

Já a Pedagogia Social é considerada a ciência da Educação Social. No entanto, assim como a Educação e a própria Pedagogia em si, definir a Pedagogia Social enquanto conceito é uma tarefa um tanto quanto difícil. A existência de diferentes perspectivas que a embasam dificulta o processo de compreensão e conceituação do termo e, para tanto, é necessário que se conheça suas origens

e contexto social em que foi cunhada sua terminologia.
Conhecer sua história, bem como seus processos de desenvolvimento e construção em diferentes locais tornou-se imprescindível para compreender como a Pedagogia Social foi se estruturando até os dias de hoje.
Há pesquisadores que na sua análise consideram mais os aspectos teóricos, filosóficos, sociológicos, já outros os aspectos práticos e também aqueles que consideram os aspectos acadêmicos, de formação e atuação profissional. E por isso, vale ressaltar, inclusive, que a própria nomenclatura pode variar de um para outro pesquisador. Enquanto para alguns o que estamos tratando se chama, de fato, Pedagogia Social; para outros, na verdade é chamado de Educação Social e, ainda, aqueles entendem esses conceitos como simultâneos e, por isso, nomeiam como Trabalho Social.
Para Petrus (1997 apud MACHADO, 2013), são terminologias de difícil precisão porque suas conceituações tendem a variar segundo a filosofia, ideologia e visão antropológica na qual foram embasadas, o que explica essa disparidade existente entre os enfoques e conteúdos em relação às suas definições, sobretudo nas universidades espanholas.
O que podemos perceber, no entanto, é que apesar de serem diferentes nomenclaturas, não podemos simplesmente segregar essas áreas, pois uma complementa a outra e assim todas se constroem, e por vezes até se confundem – o que dificulta o trabalho de definição.
A Pedagogia Social tem se modificado ao longo dos anos, de forma que, para que sua definição seja fidedigna ao conceito, esta deve atender às demandas e exigências cada vez mais complexas da sociedade. Essa Pedagogia se traduz numa população com incontáveis vulnerabilidades sociais advindas de políticas sociais e educacionais que foram mal implementadas - quando foram -, e que atravessaram gerações, promovendo as relações com promoção cultural, os problemas de inadaptação e marginalização dos indivíduos, a crise ambiental, os valores cívicos, dentre muitos outros.
Ao entendermos sua amplitude, bem como sua impossibilidade em ser neutra, compreenderemos também que ela se constrói, dialoga e transita por meio de outros saberes, como o Serviço Social, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia Social, a Educação Comunitária e a própria Educação Popular, de Paulo Freire.
Atualmente, sobretudo na Alemanha e Espanha, a Pedagogia Social tem se atrelado às discussões sobre Trabalho Social. Para Fichtner (2009, p. 43 apud MACHADO, 2013, p. 13), é "[...] extremamente difícil definir exatamente o objeto da Pedagogia Social e do Trabalho Social". O próprio autor chega a complementar, dizendo que

> [...] existe uma ampla gama de conceitos diferentes com os quais se caracteriza o campo da Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha. No passado se falava de Assistência Social (Fürsorge) e Cuidados Sociais (Wohlfahrtspflege). No presente, fala-se sobre Pedagogia Social, Trabalho Social, Ajuda Familiar a crianças e adolescentes (Kinder, Jugend, Familienhilfe), Serviços Sociais (Sozialwesen) que na Alemanha significa uma área complexa relacionada com a reprodução da sociedade como um todo. [...] os termos Pedagogia Social e Trabalho Social não são sinônimos, porém, caracterizam as diferenças entre ambas as áreas. O Trabalho Social se caracteriza por ajudar e cuidar. A Pedagogia Social se caracteriza por sua perspectiva pedagógica, educativa. Historicamente, estas duas perspectivas para o campo prático se desenvolveram autonomamente, mas ao mesmo tempo desenvolveram também interrelações [sic] entre ajuda e Educação, cuidado e Pedagogia. (FICHTNER, 2009, p. 43, 44 apud MACHADO, 2013, p. 13).

O fato de uma prática educativa compor uma prática social, nos leva a compreender a vastidão do processo de ensino-aprendizagem, pois conclui-se que ensinar e aprender não se limita meramente ao ambiente escolar, a uma instituição denominada como escola. Muito pelo contrário. Os seres humanos, considerados em todas as suas dimensões como seres histórico-sociais, que se constroem socialmente e são também pela sociedade construídos, tidos como protagonistas desse processo, nos permite apreender que a todo instante forma e se forma,

momentos, em todos os lugares.
É a partir dessa perspectiva que podemos, então, compreender e reconhecer a Educação Social enquanto práticas educativas que acontecem e se realizam em diversas áreas e ambientes e que não seguem, necessariamente, a mesma lógica da educação escolar, própria de uma cultura escolar. Ela é, portanto, desse ponto de vista, uma prática educativa que auxilia na construção do conhecimento por meio da transformação da realidade e da emancipação através da conscientização crítica dos fatos cotidianos.
Dessa forma, nem a Pedagogia Social nem mesmo a Educação Social objetivam moldar o cidadão à sociedade, mas ambas respeitam o sujeito e suas histórias de vida, seus contextos e suas vivências. A Pedagogia Social existe a fim de compreender os sujeitos de forma holística, para então promover e possibilitar transformações, que resultem especialmente em mudanças de paradigmas e preconceitos, proporcionando a promoção dos direitos e deveres, a autonomia, o senso crítico – tudo por meio de uma relação dialética e dialógica.
As práticas educativas da Educação Social estão presentes nas ONGs, nos projetos educativos dentro dos presídios, nas igrejas, orfanatos, institutos, projetos e movimentos sociais, hospitais, escolas e muitos outros. Portanto, espera-se que a Pedagogia Social se construa muito além dos muros institucionais (espaços escolares e não escolares), sem violência, com liberdade e que tenha o educando como protagonista do percurso de sua própria história.
No entanto, denomina-la de social é quase uma redundância, pois a prática educativa por si só já é social, independentemente de onde é construída e desenvolvida, embora haja evidências de muitas ações educativas que são opressoras.
Podemos afirmar que a Pedagogia Social enquanto conceito originou-se como uma crítica a Educação focada somente no desenvolvimento do sujeito sem considerar suas dimensões sociais da vida humana (OTTO, 2009 apud PASSOS; COUTO, 2017).
Tudo isso nos leva a depreender que o seu termo Social, enquanto adjetivo, foi implementado exatamente para enaltecer sua característica de educação diferenciadora de uma educação escolar, institucionalizada - que pode ser ou não meramente transmissora e reprodutora de conteúdos e perspectivas opressoras -, pois enquanto a Pedagogia enfatiza aspectos educativos que considere o indivíduo, a Pedagogia Social não apenas enfoca esses aspectos individuais como também se aprofunda e engloba os grupos, as comunidades e o contexto que cerca o indivíduo, nunca o considerando isoladamente.
Nesse sentido, Nartop (apud CARRERAS, 1997 apud MACHADO, 2013) vai dizer que o conceito de Educação conduz ao conceito de comunidade e, portanto, sem esta, aquela não subsiste. Para que a educação se construa é imprescindível não ser individualista e individualizante; é necessário construí-la coletiva e colaborativamente.
Para o autor, é exatamente neste ponto que as duas pedagogias se distinguem uma da outra, pois para a Pedagogia Social quem educa não são os educadores concretos ou os chamados professores, mas toda a comunidade; e essa educação que é construída coletivamente é a favor da coletividade e para toda a comunidade, não apenas para o indivíduo.

Portanto, considerando todo o contexto social e histórico em que a Pedagogia Social surge, fica evidente o que se espera: "[...] que o Trabalho Social tenha um enfoque pedagógico, educacional, como também que a atuação pedagógica, educacional tenha o enfoque do social, dirigida aos diferentes grupos em alguma situação de risco" (MACHADO, 2013, p. 46).

Contudo, apesar de sua proposta inicial ser exatamente esta, de uma educação progressista e democrática, devido sua enorme variedade de meios em que ocorre, através de pessoas, programas e instituições, podem existir divergências, interesses e conflitos, transformando a Educação Social apenas na manutenção da realidade, puramente assistencialista, contrariando tudo o que vimos atém então. Assim, pode-se afirmar que "a diversidade de práticas exige pessoas que se tornem responsáveis por ela" (MACHADO, 2013, p. 16).
Dessa forma, embora em alguns países esta Educação apareça sempre atrelada

à Pedagogia Social por meio do Trabalho Social, como no caso da Alemanha e da Espanha, no Brasil, o que se vê é uma realidade totalmente diferente, pois este é compreendido e visto muito mais atrelado ao Serviço Social e não exatamente a uma prática educativa. Ou seja, o conceito de Pedagogia Social e suas ramifi-i cações que viemos construindo até aqui pode e varia de lugar para lugar, pois se tratam de contextos diferentes e, por isso mesmo, de construções sociais distintas.
Em suma, podemos afirmar que a Pedagogia Social surge a partir da necessidade e da preocupação em sistematizar, categorizar e estudar as práticas da Educação Social apresentadas por meio de uma ótica teórica e científica a fim de contribuir com essa realidade. Nesse sentido, sendo considerada a ciência da Educação Social, ambas, Educação e Pedagogia Social, caminham juntas, pois estão sempre atreladas por meio da práxis – ação dialética entre ação, reflexão, ação ou prática, teoria, prática.

Além disso, contrapondo-se ao atual modelo de educação assistencialista, repressiva, correcional e alienadora, ela instiga a capacidade de sonhar com uma realidade mais humana, mais justa, e menos desigual, procurando promover a capacidade pessoal dos indivíduos de "se assumir como sujeito da própria história e da História; como agente de transformação de si, do outro e do mundo; como fonte de criação, liberdade e construção dos projetos pessoais e sociais numa dada sociedade, por uma prática social crítica, criativa e participativa" (GRACIANI, 2014, p. 21).

A ORIGEM DA PEDAGOGIA SOCIAL – UM PANORAMA HISTÓRICO

Apesar de não se fazer uso do termo, é possível afirmar que a Pedagogia Social existe há muitos anos, desde a antiguidade, na medida em que se procurou encontrar soluções educacionais para problemas sociais, como a própria pobreza e a miséria.
Nascida na Alemanha, entre o final do século XIX e início do século XX, a Pedagogia Social esteve desde o início fortemente elencada aos acontecimentos políticos e sociais desse período.
Por meio da Revolução Industrial, na Inglaterra, e também pela Reforma Política, houve uma enorme concentração da população, o que fez com que surgisse a necessidade de educar não somente a sociedade, mas também o povo soberano. Dessa forma, durante todo o século XIX a grande preocupação emergente se tornou a educação. E com isso, surgiram muitos embates em prol da educação por parte dos progressistas, reacionários, liberais, sobretudo entre Igreja e Estado, do qual este último, como vencedor, passou a implantar escolas nacionais em cada nação.
Luzuriaga (1986 apud MACHADO, 2013) relata a tamanha proporção que a escola atingiu no século XIX. Para o autor, este foi o século em que o sistema educacional se originou, passando a ser valorizado e implementado enquanto instruções educacionais também, tanto nos continentes europeus quanto americanos. Nesse momento, o sistema educacional passa a ser firmemente estabelecido e chegando até a ser dividido em duas modalidades: a escola primária e a secundária.
A primeira, também chamada de escola da infância, tornada universal, gratuita e obrigatória, foi a mais valorizada na época. Segundo o autor, todos a levaram aos confins de seus territórios, tamanha era sua valorização. Já a segunda, ginasial, caracterizada por ser a preparação para adentrar nas universidades, apesar de também ter sido um valor da época, não se desenvolveu tanto quanto a escola da infância por ser destinada exclusivamente para uma classe social - a burguesia. E até mesmo as universidades ganharam uma nova configuração, tornando-se referência e centro da alta cultura, bem como de investigação científica.
Podemos dizer, então, que apesar das diferenças entre as nações e suas formas de implementar o sistema educacional na época, como por exemplo os que centralizaram o ensino no Estado, como a França; ou também os que o fizeram no município, como a Alemanha; o grande fator em comum era o nacionalismo. As nações se uniam e se organizavam de forma a estimular a educação cívica em forma de patriotismo e nacionalismo.
Para Cambi (1999),

[...] o crescimento da escola social oitocentista refere-se à sua extensão às

classes inferiores, aos filhos do povo: um crescimento lento que atinge a escola elementar e popular nos diversos sistemas nacionais de instrução, no qual o Estado se torna organizador e fiador, embora submetendo-se às exigências locais (em matéria de horário, frequência). Realiza-se uma escolarização das massas, por vezes através de vias muito empíricas e de validade duvidosa (como o ensino mútuo) que estendem, porém, os rudimentos da instrução a classes que até então eram geralmente excluídas dela. Em toda a Europa foi se delineando um sistema escolar destinado a todo povo (também ao povo), mesmo se, até na Inglaterra, 'os progressos da instrução popular foram tão lentos, que foi preciso esperar o fim do século para que começasse a funcionar um sistema generalizado de escolas elementares, em condições de assegurar, nem que fosse a poucos, com bolsas de estudo, o acesso às escolas da classe média' e uma mínima mobilidade social (Bowen). Na primeira parte do século, foram as escolas (privadas) de ensino mútuo que asseguraram um pouco de cultura ao povo. Só na segunda metade – após a regulamentação do trabalho infantil e a fixação da idade mínima para início do trabalho (aos nove anos, na Inglaterra de 1833) – é que se opera uma escolarização mais difundida tendo em vista uma alfabetização de massa. Mas foi em 1870 que se delineou – na própria Inglaterra – um sistema completo de instrução nacional, tornado obrigatório só em 1880, enquanto em 1891 foram abolidas as taxas para escola elementar (p. 493 apud MACHADO, 2013, p. 31. Grifo do original).

Já na Alemanha, especificamente, com a derrota para Napoleão, o sistema educacional vigente na época, também foi derrotado e caiu. No entanto, algumas importantíssimas personalidades empenharam-se por reconstruir a educação, não mais pautada nos ideais da antiga educação estatal, mas verdadeiramente nacional. Dentre eles Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835), Fichte (1762 – 1814) e Süvern (1775 – 1929), os quais implantaram um novo modelo de educação verdadeiramente pública inspirada nos ideais humanistas, liberais e patriotas. Essa reorganização do ensino, segundo Luzuriaga (1986 apud MACHADO, 2013), se deu através das reformas de Humboldt na educação secundária, através de seu viés humanista e também da introdução de Pestalozzi na escola primária. Segundo o autor, entretanto, a modificação mais significativa de Humboldt foi a Universidade de Berlim, na qual reuniu as principais figuras científicas e filosóficas da época e foi assim considerada o marco da nova cultura germânica.
Nos anos subsequentes, muitos outros atores, influenciados pelas ideias de Pestalozzi, se destacaram por promover novas reformas pedagógicas, sendo um período de grande evolução. No entanto, o movimento de reação contra a Revolução de 1848 culminou em avanços técnico e administrativo, mas também na estagnação no que diz respeito ao caráter pedagógico.
Ainda assim, ao terminar o século pôde-se observar que nenhuma outra nação se equiparava à Alemanha no que dizia respeito a educação. Seu sistema educacional tornou-se instituição do Estado e em nenhum outro lugar encontrava-se menos analfabetos que Alemanha, bem como cumpria-se com mais rigor a obrigatoriedade escolar. Até mesmo seu ensino no nível superior destacou-se por ter atingido um patamar tão elevado cientificamente que nenhuma outra nação a superava. Entretanto, "para Luzuriaga, esta educação estava inspirada, todavia, por espírito autoritário e disciplinar, simultaneamente. Não havia o menor traço de liberdade e autonomia" (MACHADO, 2013, p. 32).
Já o século XX na Europa, marcado por um contexto no qual era considerada o lugar de nascimento das revoluções das artes, da ciência, da política e da indústria, pode-se afirmar que também crescia e somava um terço da raça humana (HOBSBAWN, 1995 apud MACHADO, 2013). Tratava-se de uma sociedade capitalista, liberal e burguesa, totalmente convencida de sua centralidade.
No entanto, nos anos que se seguem o que de fato aconteceu mudou tudo muito drasticamente. O período entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra
Mundial foi chamado por Hobsbawn (1995 apud MACHADO, 2013) de Era da Catástrofe. Ao contrário do século XIX, que foi um período de grandes conquistas e progresso ininterrupto, tanto edu-

cacional, quanto moral e intelectual, a partir de 1914, início da Primeira Guerra, o que se viu foi uma continua regressão. Quarenta anos de catástrofes; duas grandes guerras mundiais seguidas por duas ondas revolucionárias. A Europa vivenciou a própria queda e antes o que lhe era motivo de orgulho, tornou-se dor e tristeza.
Sobre a Segunda Guerra Mundial, Hobsbawn (Ibidem) diz o seguinte:

Suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da maior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. As mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial (Milward, p.270; Petersen, 1986), e, em outros termos, entre 10% e 20% da população total da URRS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. [...] as baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? [...] A única coisa certa sobre as baixas da guerra é que levaram mais homens que mulheres. Em 1959, ainda havia na URRS sete mulheres entre as idades de 35 e 50 anos para cada quatro homens (Milward, 1979, p. 212). Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes (HOBSBAWN, 1995, p. 50 apud MACHADO, 2013, p. 36).

Como é possível verificar, os imensos impactos dessa "Era da Catástrofe" foram devastadores e fizeram emergir inúmeros problemas sociais, sobretudo na Europa. Em relação a educação, o continente europeu é caracterizado pela sua democratização, sendo valorizada e priorizada na maior parte dos locais a educação primária, universal, gratuita, pública e obrigatória. A tendência do século é, portanto, a implementação de uma educação cooperativa entre as nações, na qual respeitando a nacionalidade, visa o alcance universal de uma educação pública.
Em diversos países, logo após a Primeira Guerra Mundial, implantaram-se novas reformas do ensino. A respeito da Alemanha, segundo Luzuriaga (1986 apud MACHADO, 2013), no início do século passa a seguir o modelo imposto pelo regime imperial autoritário que, apesar de tudo, se mostra eficiente no cumprimento da universalização da educação.
Nesse sentido, o governo provisório da República alemã de 1918 anunciou a criação da escola unificada e também a liberação do ensino de toda a tutela eclesiástica, através da aprovação da Constituição da República de Weimar, em 1919. Essas reformas foram possíveis através do partido nacional – socialista de Adolf Hitler, cujos objetivos eram:

1°) Formação do homem como soldado – político e sua subordinação ao chefe supremo, o Führer. 2°) Criação de uma consciência racial-nacional como entidade suprema. 3°) Desenvolvimento da disciplina e da obediência cega às autoridades políticas. 4°) Cultivo e endurecimento do corpo por modo semelhante ao exercício militar. 5°) Subordinação da educação intelectual à política, não admitida a existência de uma ciência independente. 6°) Supressão da liberdade e da iniciativa individual na educação da vontade. 7°) Subordinação da educação religiosa à política nacional – socialista. (LUZURIAGA, 1986, p. 212 apud MACHADO, 2013, p. 38).

Com a queda desse regime, em 1945, todas as reformas feitas no período perderam sua validade. Mas, somente a partir da década de 50 a Europa demonstrou estar se recuperando de todas as guerras pelas quais havia passado. Elias (1997 apud MACHADO, 2013) aponta uma série de avanços, como a diminuição considerável das horas de trabalho, a libertação de homens e mulheres do pesado trabalho manual e, inclusive, o fato de até mesmo moradores em situação de rua estarem salvaguardados contra a fome. No entanto, como toda e qualquer sociedade nessas condições, com a solução de alguns problemas, novos surgiram, especialmente através da nova fase da industrialização que, junto consigo, trou-

xe também os grandes mercados de consumo e seus ideais.
Tanto as mudanças estruturais da sociedade quanto a própria mudança nas relações de poder citada por Elias (Ibidem), gerou na sociedade europeia um sentimento de incerteza. Incerteza quanto ao momento em que estavam vivendo, bem como em relação ao que estaria por vir. O século XX se caracteriza, assim, por ser um século de incertezas, inseguranças, medos e não somente devido às duas Grandes Guerras Mundiais, mas também pelo o que o autor descreve como sendo uma mudança de consciência:

[...] o sentimento de responsabilidade que as pessoas têm umas pelas outras é certamente mínimo, se considerado em termos absolutos, mas em comparação com o que havia antes recrudesceu. [...] par a par com pequenas mudanças no poder, para desvantagem de antigos grupos institucionalizados, e para vantagem de antigos grupos marginalizados, ocorreu em uns e outros uma mudança na formação da consciência. (ELIAS, 1997, p.37 apud MACHADO, 2013, p. 41), cuja ação refletia diretamente no sentimento de responsabilidade que os sujeitos tinham uns sobre outros; antes, para cooperar e ajudar, agora, sendo apenas indiferentes.

É nesse contexto, portanto, de uma Europa conturbada, abalada, em constantes transformações e incertezas que se dissemina, por fim, os ideais da Pedagogia Social, formulados desde o final do século XIX e início do século XX na Alemanha. Isso porque talvez

[...] a elaboração teórica (Pedagogia Social) de práticas (Educação Social) que já vinham sendo realizadas por outras necessidades, tornou-se relevante em uma sociedade que passou a sofrer com diferentes problemas relacionados às pessoas ou grupos de pessoas com as mais diferentes necessidades. Aliando-se ao Trabalho Social, a Pedagogia Social, poderia ser encarada como uma alternativa frente às diferentes e problemáticas realidades (MACHADO, 2013, p. 41).

Sendo assim, mais especificamente em relação à sua origem em território alemão, consolidada durante a República de Weimar (1919 – 1933), a Pedagogia Social surgiu devido a uma série de fatores da época que a favoreceu, como por exemplo a existência de lugares educativos no campo, as escolas voltadas a preparar o jovem para o mercado de trabalho e também as universidades populares, que configuravam o cenário da época vigente.
No entanto, vinculada ao crescimento industrial, a Pedagogia Social presenciou problemas como aglomerações, greves, imigrações e bairros periféricos que surgiram no período da guerra, mas que estenderam suas consequências pelo período pósguerra também. Assim, não somente o período pós-guerra, bem como a própria Revolução Industrial, trouxeram à tona alguns problemas sociais, como a "delinquência" juvenil e o aumento de crianças e jovens abandonados, o que acarretou na elaboração de novas leis e instituições na tentativa de amenizar e solucionar os problemas, possibilitando que a Educação Social pudesse agir e atuar através deles, mediante sua coparticipação nas ações correcionais, composta por medidas punitivas e, agora, também educativas.
É, portanto, nesse contexto, que surge a figura do pedagogo considerado pai da Pedagogia Social na Alemanha: Herman Nohl (1879 – 1960). Foi através de sua luta em diferenciar a Pedagogia Social da educação popular voltada para a população em geral que fundou a Universidade Popular em Jena, colocando-o em contato direto com a Pedagogia Social, possibilitando sua elaboração de uma vasta fundamentação teórica através de seus escritos sobre o campo.

As intenções pretendidas eram muito evidentes: defendia-se que a atuação pedagógica tivesse um enfoque social, dirigida aos diversos grupos em situações de vulnerabilidade, e que o Trabalho Social tivesse um enfoque também pedagógico e educacional. No entanto, entre o período de 1933 – 1949, Cabanas (1997 apud MACHADO, 2013) relata que a Pedagogia Social não pôde desenvolver-se de forma eficiente devido às inúmeras conturbações vivenciadas na Alemanha, que estava sendo submetida ao ideal nacional-socialista e que, agora, já não mais opinava sobre o trabalho social, porque este pertencia à responsabilida-

de do Estado. O problema não estava em ser representada pelo Estado, mas especificamente por ser representada por um Estado substancialmente racista. Cabanas (Ibidem) aponta que os que precisavam de auxílio e pertenciam a alguma etnia desqualificada pelo governo vigente não tinham suas necessidades atendidas e eram comumente marginalizados, além disso, "a própria educação popular das classes trabalhadoras foi suprimida, surgindo em seu lugar a chamada Frente Alemã do Trabalho" (MACHADO, 2013, p. 46).

Não satisfeitos ainda, este mesmo governo reprimiu as mulheres, defendendo que eram apenas responsáveis por cuidarem do lar e dos filhos, sem que pudesse ter acesso à educação e trabalho. Rapidamente, toda e qualquer ação vinculada à Pedagogia Social foi sendo mascarada e substituída por propagandas a favor do partido que estava no poder e Fichtner (2009) relata, inclusive, que "[...] durante o regime nazista, muitos dos protagonistas da Pedagogia Social e do Trabalho Social foram obrigados a se exilar" (FICHTNER, 2009, p. 45 apud MACHADO, 2013, p. 47).
Somente a partir de 1945, terminada a II Guerra Mundial, mesmo com pressupostos diferentes, a base fundamental da Pedagogia Social alemã volta a desenvolver-se e aproximar-se do que um dia fora sendo está uma luta enfrentada até nos dias atuais.
Mesmo distantes dessa realidade, podemos tentar imaginar o que fora a II Guerra e, mais precisamente, o pós-guerra; famílias desoladas, incompletas, separadas pelo caos. Além da perda familiar, também a material. Muitos sofreram com a falta do que comer, do que beber e do que vestir. Haviam muitos que também perderam além do lar, onde morar. Não tinham casa e nem mesmo onde trabalhar. Perdas irreparáveis, insubstituíveis. A vida não era a mesma de antes, estavam sob uma nova configuração e precisariam aprender a lidar com isso. Segundo Cabanas (1997 apud MACHADO, 2013, p. 47), "tais práticas contribuíram para uma desorientação ética para a mentalidade dos jovens, aumentando as atitudes delinquentes".
Para o mesmo autor, mesmo que no início tenham se preocupado somente com as medidas assistenciais básicas, logo puderam reorganizar-se novamente numa Educação Social, indo além das tradicionais, criando novas instituições de atendimento à infância e à juventude. É exatamente nesse contexto que surge a Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados (AIEJI), na Alemanha; atualmente, Associação Internacional de Educadores Sociais. Esta é justamente a organização que permite até hoje uma maior estruturação da Pedagogia Social na Alemanha e no mundo, sobretudo com reconhecimento profissional dos educadores sociais em alguns países.
Segundo Moura, Neto e Silva (2009, p. 23 apud MACHADO, 2013, p. 48),

> [...] o objetivo, terminada a guerra, era ter uma compreensão entre alemães e franceses, de como educar as crianças órfãs da guerra. Um segundo encontro ocorreu em 1950, na cidade de Bad Durckheim, e um terceiro em 1951, na cidade de Freiburgim-Breisgau. Foi, sobretudo, pelo impulso vigoroso dado pela Associação Francesa dos Educadores de Jovens Inadaptados que os participantes estrangeiros nas reuniões da Alemanha se motivaram a fundar em seu próprio país uma associação semelhante. Como resultado, durante a quarta conferência realizada na Alemanha, em 19 de março de 1951, foi fundada oficialmente na cidade de Schluchsee, a Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados, hoje renomeada como Asociación Internacional de Educadores Sociales (AIEJI), sediada no Uruguai (Grifo no original).

Com o reconhecimento da Pedagogia Social na Alemanha, surgiram também diferentes rumos pelo Ocidente e Oriente, favorecendo as ações voluntárias e ampliando o respaldo, inclusive através de uma legislação a fim de amparar essas ações. No entanto, por corresponder a um Estado socialista, tudo que ocorria dentro da República Democrática da Alemanha estava centralizado no Estado e submetido ao seu controle. A própria ação educativa estava pautada na disciplina, no trabalho e na obediência.
Na Alemanha, as instituições de Pedagogia Social eram estruturadas de três formas distintas: as destinadas para crian-

ças e jovens sem famílias ou com famílias problemáticas; as que se destinavam à terceira idade; e a educação de adultos, com programas de formação permanente nas universidades populares.
Ainda assim, mesmo com tanta assistência, não faltaram críticas. Em 1960, através do movimento antiautoritário, muitos apropriaram do discurso de que o Trabalho Social maquinava a fim transmitir às crianças ideais capitalistas, ao invés de as conscientizar acerca da dominação burguesa.
Contudo, Fichtner (2009 apud MACHADO, 2013) afirma que a Pedagogia Social cresceu exponencialmente, institucionalizando-se e estruturando-se profissionalmente como responsável pela formação de novos pedagogos sociais. "O autor quantifica o crescimento desses profissionais no contexto alemão: em 1925 eram 31.000 pedagogos e trabalhadores sociais; em 1950 eram 60.000 pedagogos e trabalhadores sociais; em 1997 eram 1.039.000 pedagogos e trabalhadores sociais (MACHADO, 2013, p. 50). Mas, ao invés de ser um motivo de alegria, leva-nos a aferir que o verdadeiro motivo de tamanho crescimento se dá pelo fato de os problemas também estarem aumentando, sem serem solucionados em sua origem, principalmente. Já na Espanha, para o pesquisador José María Quintana Cabanas (1997 apud MACHADO, 2013), a Educação Social surge por meio da atenção à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

Muitas foram as ações realizadas em prol da Educação Social, bem como muitos foram as personalidades engajadas nessa luta. O autor destaca, sobretudo, as ações de Felipe IV (séc. XVII); Carlos III (séc. XVIII); Toribio de Velasco (1724); Tolosa Latour (1904); Avelino Montero Rios (1918); Gabriel María de Ybarra (1920); Ramón Albó y Martí (1871-1955); Ignacio Jiménez (1907-1908); Javier Ybarra Bergé (1907-1908); José Pedragosa y Monclús (1874-1957) e José Juan Piquery Jover (1911-1985).
O autor ainda diz que muitos foram os métodos e processos desenvolvidos e afirma que o trabalho social realizado na Espanha e em muitos outros países não está somente relacionado às ações de entidade públicas, pois grande parte da história da Educação Social desenvolveu-se, sobretudo, de iniciativas particulares e de entidades privadas, com grande destaque às ações de Organizações Não-Governamentais, que têm como foco o atendimento à crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.
Iniciado no século XX, o interesse pela Pedagogia Social na Espanha evidenciou-se por meio do interesse pela obra de Paul Nartop, que foi traduzida do alemão para o espanhol por María de Maeztu (1882-1948) e publicada em 1915. Desde então estabeleceu-se uma forte aproximação entre a Pedagogia Social alemã e a espanhola, evidenciando-se ainda mais pela inserção de diversos intelectuais espanhóis na universidade alemã de Marburgo com o intuito de cooperar com o papel social que deveriam cumprir na sociedade.
Essa proximidade foi ainda mais visível através do Seminario de Pedagogía realizado na Universidad de Barcelona, nos anos de 1930, do qual originou-se a seção de Pedagogia da Universidade de Marid, em 1944, com a inclusão também da Pedagogia Social e, posteriormente, sua inclusão também na Universidade de Barcelona, em 1954.
Embora haja uma real aproximação entre as concepções de Pedagogia Social adotadas na Alemanha e na Espanha, pequenas disparidades são encontradas em alguns momentos, como o fato de há muitos anos a Pedagogia Social espanhola ser associada frequentemente a uma sociologia da educação.
Essas disparidades se expandem substancialmente ao compararmos outros países ao berço da Pedagogia Social. Cada um deles, sejam europeus ou não, possuem características muito particulares de seu contexto histórico-político-social. Existem aqueles países que adotam medidas semelhantes, as denominam de formas distintas, haja vista a dificuldade que encontramos ao tentar conceituar as terminologias encontradas. Portanto, a dificuldade em mapear a Pedagogia Social pelo mundo é real e muito evidente, pois apesar dos escritos que encontramos e discorremos ao longo do texto, ainda são poucos se comparados ao tempo de existência dessa prática.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.

CARRERAS, Jaume. In: MACHADO, Evelcy Monteiro (org.). Pedagogia social: diálogos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2013.

ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FICHTNER, Bernd. Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha. In: MACHADO, Evelcy Monteiro (org.). Pedagogia social: diálogos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2013.

GRACIANI, Maria Stela Santos. Pedagogia social. São Paulo: Cortez, 2014.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. São Paulo: Nacional, 1986.

MACHADO, Evelcy Monteiro (org.). Pedagogia social: diálogos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2013.

NATORP, Paul. Pedagogia social. Madrid: La Lectura, 1915.

PASSOS, Adriana; COUTO, Maria. Pedagogia social: breve revisão de literatura. 2017.